

ATA N ° 02/ AM /2020

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E SEIS DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE**-----

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte reuniu, pelas vinte e uma horas, no Auditório Municipal António Chainho, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

**ORDEM DO DIA:** -----

**1.Expediente.**-----

**2.Ata.** -----

**3.Apreciação das informações da Câmara Municipal e ratificação de medidas tomadas no âmbito da Covid-19, ao abrigo da Lei nº 6/2020, de 10 de abril.**-----

**4.PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

a) **Prestação de Contas do ano de 2019;** -----

b) **Relatório anual do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município - 2019 – Para conhecimento;**-----

c) **1ª Revisão às Atividades Mais Relevantes de 2020 a 2023;** -----

d) **1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de 2020 a 2023;**-----

e) **1ª Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de 2020;**-----

f) **Autorização de compromissos plurianuais;** -----

g) **Nomeação do Revisor Oficial de Contas;**-----

**5.ATIVIDADE AUTÁRQUICA** -----

**Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros:** Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Manuel Botelho Mourão, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Rui Manuel Beles Vieira, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Teresa Pereira Machado Branco, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, Ricardo Jorge da Cruz, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

**Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal** Álvaro dos Santos Beijinha, da Senhora Vereadora Maria Margarida Costa Rosa Cardoso dos Santos e dos Senhores Vereadores Albano Joaquim Mestre Pereira, Jaime António Pires de Cáceres, Óscar Domingues Ramos e Luis Filipe dos Santos. -----

**Não compareceram os membros:** Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Jorge Manuel Mata Magrinho, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Emília

Batista de Almeida, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida e Francisco Alfeirão Rodrigues. -----

**Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:**-----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA NA PRESENTE SESSÃO -**

A Senhora Presidente Paula Lopes deu conhecimento de que se faziam substituir, na presente reunião, pelos cidadãos que se seguem nas respetivas listas, em conformidade com o previsto nos artigos 78º e 79º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, os seguintes membros: Senhor **Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos**, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, pelo Senhor António Manuel Alves Gamito de Matos, o Senhor **Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó**, eleito do PS, pelo Senhor José António Costa, a Senhora **Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida**, eleita do PS, pelo Senhor Pedro Miguel Silva Marques, e o Senhor **Francisco Alfeirão Rodrigues**, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, pela Senhora Carmem Dolores Palminha. -----

**ACEITAÇÃO DE FUNÇÕES** -----

A Senhora Presidente Paula Lopes chamou a Senhora **Raquel Louro Vieira Correia**, eleita nas listas do PS, convocada na sequência da renúncia ao mandato do Senhor José Cascão da Silva, eleito do PS, a qual se segue na mesma lista, para o Ato de Aceitação de Funções, em conformidade com o previsto no artigo 79º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

**CIDADE DE VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ - OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO BAIRO DAS FLORES – DANOS EM HABITAÇÃO CAUSADOS PELAS OBRAS – RECLAMAÇÃO DOS MUNICÍPES SENHOR JOAQUIM MARIA E SENHORA REGINA MARIA** -----

A Senhora Presidente Paula Lopes, informou que já tinha sido remetida aos munícipes a resposta da Câmara Municipal sobre este assunto, relativamente à qual tinha sido questionada na Sessão anterior, tendo também sido dado conhecimento da mesma aos membros da Assembleia Municipal. -----

A Senhora Presidente concedeu, em seguida, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, para uma intervenção sobre este assunto, o qual começou por referir que na última Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no mês de fevereiro, o Senhor Rui Vieira, eleito do BE, tinha levantado um conjunto de situações que se prendiam com os danos resultantes das obras de requalificação em curso no Bairro das Flores, tendo questionando o mesmo sobre situações concretas, o qual referiu apenas a situação mencionada pela Senhora Presidente da Assembleia, pelo que, gostaria de saber se o Senhor Rui Vieira tinha alguma relação direta com os munícipes que reclamaram sobre os danos na sua moradia. -----

O Senhor Rui Vieira referiu que desde o início do ano anterior tinha vindo a colocar várias questões sobre as obras naquele Bairro, nomeadamente sobre as árvores, os pavimentos e os muros de duas moradias que foram danificados, cujos proprietários entraram em contacto consigo, com o BE e outras Forças Políticas, para exporem as situações, com os quais não tem qualquer ligação familiar. -----

Acrescentou que outras situações tinham a ver com os danos na moradia com o número quarenta e quatro, onde residiu, bem como numa outra moradia daquele Bairro, considerando que não tinha que estar a individualizar as situações, até porque outros

problemas que tinha colocado, dos muros partidos e das lajes levantadas, eram coletivos e do interesse público. -----

Mais referiu que achava interessante que o Senhor Presidente da Câmara Municipal o questionasse sobre uma situação que se prendia com a moradia onde os seus pais vivem, há trinta anos, e nunca o tenha feito relativamente a outras questões que tem vindo a colocar na Assembleia Municipal nomeadamente sobre cultura, património, centro histórico, herbicidas e sobre as obras na Av. Manuel da Fonseca, na Cidade de Santiago do Cacém, questionando se pelo facto de existirem relações pessoais e/ou de amizade era proibido colocar problemas que afetam essas pessoas, considerando que, mais uma vez, estava em causa a democracia. -----

Acrescentou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal se escudava neste facto para não resolver as situações. -----

Lembrou ainda que tinha proposto que as sessões da Assembleia Municipal fossem gravadas, para que todos conhecessem o que é dito nas mesmas, sendo que a resposta que foi dada por eleitos do PCP e pelo Senhor Presidente foi que os eleitos dos partidos estavam na Assembleia em representação das populações e que isso era a democracia, acrescentando que gostaria de recordar que as pessoas que não votam não estão representadas na mesma e que qualquer partido ou cidadão pode colocar questões à Câmara Municipal.-----

Mais referiu que mais grave era o facto do Senhor Presidente da Câmara Municipal ter ido a um jogo de futebol patrocinado por uma empresa e não ter esclarecido este facto publicamente, questionando se havia alguma relação pessoal entre o Senhor Presidente e os administradores da GALP. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que todas as reuniões dos órgãos autárquicos eram gravadas e que os eleitos podem requerer as gravações das mesmas, acrescentando que a Câmara Municipal de Santiago do Cacém reúne todas as semanas e que todas as reuniões são públicas, onde as pessoas podem colocar os seus problemas, quando a lei determina somente a obrigação de realizar uma reunião pública mensal. ----

Mais referiu que todos estariam recordados que, na Sessão anterior da Assembleia Municipal, tinha perguntado ao Senhor Rui Vieira sobre as situações, em concreto, que estava a levantar relativamente às obras no Bairro das Flores, para que as pudesse identificar, tendo em conta que dão entrada na Câmara Municipal várias reclamações, questionando, inclusive, se sabia quem eram os reclamantes, tendo o Senhor Rui Vieira omitido que eram os seus pais. -----

Acrescentou que também achava curioso o facto do Senhor Rui Vieira, o qual representa na Assembleia Municipal um Partido que se arroga de proprietário da moral, da integridade, da transparência, e que gosta de fazer passar a ideia de que os outros partidos são uns malfeitores, cujos eleitos só estão nos lugares para se servirem a si próprios, vir para este órgão autárquico, utilizando um mandato que lhe foi, legitimamente, conferido por parte da população, para resolver problemas de ordem pessoal, acrescentando que se tratava de uma postura que também não era aceitável do ponto de vista legal, dado que o Estatuto dos Eleitos Locais definem um conjunto de deveres e também de direitos, que não têm só a ver com a fiscalização da atividade da Câmara Municipal, os quais o Senhor Rui Vieira, seguramente, conhecerá, passando a citar dois princípios constantes naquele diploma legal: -----

“Não patrocinar interesses particulares, próprios ou de terceiros, de qualquer natureza, quer no exercício das suas funções, quer invocando a qualidade de membro do órgão autárquico;” -----

“Não intervir em processo administrativo, ato ou contrato de direito público ou privado, nem participar na apresentação, discussão ou votação de assuntos em que tenha interesse ou intervenção, por si ou como representante ou gestor de negócios de outra pessoa, ou em que tenha interesse ou intervenção em idênticas qualidades o seu cônjuge, parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem viva em economia comum;”-----

Mais referiu que, durante dezoito anos, como eleito nos órgãos autárquicos, já tinha assistido a muitas discussões sobre assuntos colocados por eleitos das diferentes forças políticas representados nos mesmos, sendo que alguns tinham a ver com problemas nas suas ruas, o que se cruzava com interesses dos próprios, mas também de outras pessoas, dado se tratar de espaços públicos, sendo que nunca tinha assistido a uma situação como esta, relativa a uma propriedade privada, utilizada de forma politico/partidária por um eleito. Acrescentou que, se o Senhor Rui Vieira estava preocupado com a resolução do problema dos seus pais, o que considerava natural e legítimo, teria colocado a situação à Câmara Municipal como qualquer outro cidadão.-----

Referiu também que o BE, em Santiago do Cacém, tem protagonizado algumas situações caricatas, cujo Coordenador é conhecido por oscilar entre o PS e o BE, desde dois mil e nove, nos diferentes atos eleitorais que se realizaram, o que, sendo legítimo, não se coadunava com a moralidade apregoada pelo BE. -----

Referiu ainda que nunca questionava os eleitos sobre a motivação das suas intervenções, por partir do princípio que estão a colocar assuntos de interesses difusos, tendo sido alertado que, no caso em apreço, se tratava de uma questão pessoal. Acrescentou que o Senhor Rui Vieira estava de tal forma incomodado com a situação, que reagia colocando uma questão sobre as viagens patrocinadas pela GALP, assunto que já foi amplamente debatido, sobre o qual falou abertamente nas reuniões dos órgãos autárquicos e na Comunicação Social, e relativamente ao qual a Justiça já se pronunciou, sendo que também já tinha sido sufragado, bem como o projeto político da CDU, pelo que estava à vontade, dado que não tinha qualquer relação de amizade com ninguém do Conselho de Administração da GALP. -----

Mais informou que tinha estado no Bairro das Flores acompanhado do Senhor Vereador Jaime Cáceres, onde os munícipes reclamantes colocaram os problemas de forma muito correta, aos quais transmitiram que iam avaliar a situação com o empreiteiro, o que foi feito, sendo que este declinou a responsabilidade dos danos na moradia, pelo que deu instruções aos Serviços Municipais no sentido de apurarem os custos de reparação dos danos, assumindo a Câmara Municipal a responsabilidade, com eventual retorno, o que podia não ter feito, deixando que o assunto fosse resolvido pelos tribunais, dado o seu caráter privado. -----

Acrescentou que já foram pedidos orçamentos para a execução dos trabalhos, mas não tem havido interesse por parte dos empresários da construção civil, sendo que os reclamantes colocaram à Câmara Municipal a possibilidade de lhes ser dado o dinheiro, para eles executarem a obra, o que não é viável, em termos legais, pelo que se aguarda a indicação de alguém que aceite realizar os trabalhos. -----

Concluiu, referindo que o Senhor Rui Vieira tentou resolver uma situação pessoal de forma errada e até ilegal, revelando a postura dos eleitos do BE, em Santiago do Cacém. O Senhor Rui Vieira referiu que gostaria de esclarecer que considerava natural que quando uma pessoa da família ou amigo de algum eleito tinha um problema que fossem estes os primeiros a conhecerem os mesmos, tendo em conta a proximidade. Acrescentou que o que não era natural era o aproveitamento político desta situação. ----

Mais informou que tinha dito aos seus pais que não devia levantar esta questão, enquanto membro da Assembleia Municipal e que deviam ser eles a colocar o assunto à Câmara e à Assembleia Municipal, apesar das suas limitações em termos de saúde, o que os mesmos fizeram, sem que tivessem obtido resposta, acrescentando que também colocaram o problema ao engenheiro responsável da obra, o qual lhes respondeu, de forma arrogante, que se fossem tratar dos problemas de cada casa daquele Bairro deixavam de ser uma empresa para serem uma instituição social. Mais informou que perante a falta de resposta à situação deram também conhecimento do assunto às diferentes Forças Políticas com assento na Assembleia Municipal. -----

Referiu novamente que considerava natural que as pessoas recorressem aos familiares para os ajudar a resolver os problemas, sobretudo quando se tratava de idosos e com problemas de saúde, sendo que se recusou a tratar do assunto de seus pais, em nome da moral que o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu, e porque os seus pais têm outro filho e outros familiares que os ajudaram neste processo. -----

Informou ainda que acompanhou o BE na visita àquele Bairro, para levantamento das situações relativas às obras de requalificação do mesmo, algumas das quais já tinha colocado na Assembleia, nomeadamente o atraso das obras, os canteiros abandonados, as escadas partidas, as passadeiras que ficaram por pintar, entre outras questões relativas à segunda fase das obras naquele Bairro e outras relativas às obras no Bairro do Pinhal. Situações que foram colocadas por munícipes, aos quais não perguntou os nomes, considerando que não tinha que o fazer, e que o importante era resolver aquelas situações, sendo que algumas oferecem perigo aos transeuntes. -----

Concluiu, referindo que não estava desesperado como o Senhor Presidente da Câmara referira e que era o Senhor Presidente que estava desesperado por não ter argumentos, nem moral, para colocar as questões que levantou, considerando que era arrogante, como já tinha demonstrado noutras ocasiões relativamente a outros membros da Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que não podia admitir que o Senhor Rui Vieira dissesse que era imoral e arrogante e que iria colocar a situação formalmente, porque o Senhor Rui Vieira tinha extravasado o que são os deveres de um eleito, vindo com o argumento de que a Câmara pretendia saber o nome das pessoas, o que foi solicitado apenas com o intuito de identificar as situações, dado que se tratava de um Bairro com trezentos e cinquenta fogos, lamentando a postura do Senhor Rui Vieira, quando a Câmara Municipal tem tentado resolver os problemas colocados, considerando que a mesma revelava o seu carácter.-----

-----  
**PROPOSTA DE MOÇÃO – TRANSMISSÃO ON-LINE DAS REUNIÕES PLENÁRIAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM-----**

**Pela Senhora Raquel Correia, em representação dos eleitos do PS, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:-----**

**“Moção em favor da transmissão on-line das reuniões plenárias da Assembleia Municipal de Santiago do Cacém -----**

**1 – Considerando o atual contexto de saúde pública motivada pelo surgimento pandémico da Covid-19 e atenta a recomendação da DGS que continua a aconselhar o distanciamento social como a mais eficaz forma de salvaguarda da saúde das populações em geral perante o vírus; -----**

**2 – Tendo presente, por outro, o acelerado processo de digitalização em curso levado a cabo nas sociedades e instituições motivado pela crise pandémica, adaptando-as à nova realidade; -----**

3 – Atentando na necessidade de prosseguirmos ao nível concelhio a senda do desenvolvimento também através da integração dos nossos concidadãos nos novos meios de comunicação que nos são colocados à disposição através do recurso à Internet;

4 – Considerando existirem os recursos, os meios e o acesso à tecnologia no âmbito da organização camarária que permitem não nos atrasarmos mais em relação às nossas congéneres;-----

5 – Tendo presente a necessidade de aproximar efetivamente os eleitos aos eleitores através de atos e não de meras palavras ou de ocas proclamações;-----

6 – Conscientes da importância do princípio da transparência e do escrutínio pelas populações do concelho das deliberações tomadas por esta Assembleia e da forma como as mesmas são adotadas;-----

7 – Verificando-se que grande parte dos municípios portugueses já optaram pela transmissão em linha das reuniões plenárias das respetivas assembleias municipais; -----

No esteio de anteriores propostas que a bancada do Partido Socialista vem fazendo sem sucesso a esta Assembleia relativamente a esta matéria, os membros agora eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Santiago do Cacém encontram razões acrescidas para submeterem à votação a seguinte proposta de deliberação:-----

a) A criação de uma comissão eventual para a verificação das condições de transmissão on-line das reuniões plenárias da Assembleia Municipal de Santiago do Cacém;-----

b) A agilização do processo e instalação rápida dos meios adequados à transmissão on-line das reuniões plenárias da Assembleia Municipal de Santiago do Cacém;-----

c) A transmissão on-line das reuniões plenárias da Assembleia Municipal de Santiago do Cacém logo que tecnicamente possível.”-----

A Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **rejeitada, por maioria**, com quinze votos contra, dos eleitos da CDU, Senhor/as/es Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Filipe Teixeira Ludovico, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Onze votos a favor, sendo sete do/a/s eleito/a/s do PS, Senhor/e/a/s Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, José António Costa, Pedro Miguel Silva Marques, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Ricardo Jorge da Cruz, e quatro do/a/s eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/es/as Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Pereira Machado Branco, António Manuel Alves Gamito de Matos e Carmen Dolores Palminha Mendes. -----

Uma abstenção do eleito do BE Senhor Rui Beles Vieira. -----  
Verificou-se a ausência temporária do Senhor Francisco de Oliveira Pereira, eleito da CDU.-----

-----  
**A partir deste momento, eram vinte e duas horas e dez minutos, verificou-se a ausência da Senhora Raquel Correia.**-----

#### **ESPAÇO PARA OS TRABALHOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

O Senhor Manuel Mourão referiu que era importante pensar na possibilidade de este Órgão Autárquico dispor de um espaço digno e com condições para a realização das

suas sessões, por considerar que, embora a Sala de Sessões da Sede do Município seja um local adequado, não reúne as condições necessárias, quanto ao espaço e ao mobiliário existente, para a utilização dos computadores pessoais e intervenções dos eleitos. Acrescentou que não conhecia os espaços municipais que pudessem servir para o efeito, mas que se tinha lembrado do edifício do antigo Liceu, arrendado pelo Município, o qual dispõe de um anfiteatro, onde podiam ser realizadas as sessões da Assembleia Municipal. -----

O Senhor Joaquim Gamito, 2º Secretário e eleito da CDU, referiu que não havia local mais digno que a Sala de Sessões da Sede do Município para realizar as reuniões dos órgãos autárquicos, o qual nunca se encheu de público, considerando que com aquela proposta estava a ser criado um problema que não existia. -----

O Senhor Manuel Mourão esclareceu que não tinha feito uma proposta, mas recomendado que se pensasse no assunto, no sentido de os eleitos disporem de um espaço de trabalho condigno para exercerem o mandato, daí o seu apelo para que seja pensada esta possibilidade. -----

Mais referiu que o equipamento existente na Sala de Sessões, para além de não dignificar aquele espaço também não têm condições de trabalho, sugerindo que se visse as instalações que existem noutros municípios, para o efeito. -----

O Senhor Rui Vieira, eleito do BE, referiu que a falta de condições de trabalho na Sala de Sessões era uma realidade, dando como exemplo a dificuldade para ligar o seu computador, precisando sempre de pedir uma extensão, para o efeito. -----

Acrescentou que votaria a favor se os eleitos tivessem apresentado uma proposta sobre o assunto. -----

#### **ESTRADA DE SANTA CRUZ – ESTALEIRO DE OBRAS -----**

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, referiu que no estaleiro junto àquela via, perto do qual também se situam as escolas, são depositados cada vez mais materiais, o que não era um bom cartão de visita para quem entrava na Cidade por aquele lado, para além das poeiras que o vento levantava e que incomodavam os moradores junto ao mesmo, bem como as pessoas que estão nas escolas, configurando também uma questão de saúde pública, pelo que considerava que aquele depósito de inertes devia ser deslocado para outro espaço. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que este assunto já tinha sido levantado pelo Senhor Vereador Óscar Ramos, em reunião de Câmara, acrescentando que a situação tinha sido colocada ao empreiteiro, o qual procedeu ao reforço da rede de vedação daquele espaço, sendo que o problema de emanação de poeiras persistia, pelo que a situação ia ser novamente avaliada com o mesmo. -----

Mais informou que se tratava de uma situação provisória e que não era a primeira vez que eram colocados estaleiros naquele espaço, o que aconteceu, recentemente, aquando das obras na Rua Professor Egas Moniz, tendo em conta a proximidade às mesmas, o que reduz a circulação de viaturas pesadas no centro da Cidade, acrescentando que era a primeira vez que havia reclamações, não estando em causa os reais incómodos sentidos pelas pessoas. -----

#### **PROPOSTA SOBRE A POSSIBILIDADE DE TRANSMISSÃO DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL POR VIDEOCONFERÊNCIA -----**

O Senhor Rui Vieira, eleito do BE, apresentou uma proposta no sentido de ser vista a **“Possibilidade de videoconferência, para que os munícipes possam entrar em contacto direto na Assembleia Municipal”** -----

Acrescentou que o acesso direto dos munícipes à Assembleia Municipal, para colocarem questões a partir de suas casas, em segurança, tendo em conta a situação de pandemia que se vive, visava também o reforço da democracia no funcionamento deste Órgão Autárquico, considerando que se tratava de uma medida viável com os meios informáticos de que se dispõe, dado que as pessoas podem ligar o *Skype* ou o *zoom* e assistir às reuniões dos órgãos autárquicos e os eleitos poderão também responder às questões colocadas pelos munícipes.-----

A Senhora Presidente colocou as propostas para discussão.-----

Interveio o Senhor Joaquim Gamito 2º Secretário e eleito da CDU, referindo que antes da questão da situação da pandemia as sessões da Assembleia Municipal sempre foram abertas ao público, mas nunca houve muita participação. Acrescentou que a maior parte das pessoas não tem acesso a meios informáticos que lhes permita participar nas sessões on-line, pelo que esta medida ia servir apenas para alguns elementos do BE e para um número restrito de pessoas.-----

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, referiu concordar com a proposta do BE, de transmissão das reuniões por videoconferência, tal como o PS já tinha proposto, e que acontece em vários municípios, acrescentando que o PCP também tem defendido esta via em municípios onde é oposição.-----

O Senhor Rui Vieira considerou que o argumento do Senhor Joaquim Gamito sobre esta matéria demonstrava uma visão redutora da sociedade atual, acrescentando que no seu contacto com os jovens, como professor, pode verificar que facilmente têm acesso ao *Skype* e ao *zoom*, acrescentando que qualquer agregado familiar dispõe de telemóvel, através do qual poderão ter acesso direto às sessões da Assembleia Municipal, e que o País estava a funcionar desta forma, nestes tempos de pandemia, pelo que considerava que se tratava de uma desculpa que não servia.-----

Interveio a Senhora Susana Pádua referindo que devia ser apurado quais eram as pessoas que não dispunham de meios informáticos, para lhes dar uma resposta social nesta matéria.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora 1ª Secretária, na ausência temporária da Senhora Presidente, colocou a **proposta** a votação, a qual foi **rejeitada, por maioria**, com quinze votos contra, dos eleitos da CDU, Senhor/as/es João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, João Filipe Teixeira Ludovico, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Dez votos a favor, sendo cinco do/a/s eleito/a/s do PS, Senhor/e/a/s Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, José António Costa, Pedro Miguel Silva Marques e Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, e quatro do/a/s eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/es/as Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Pereira Machado Branco, António Manuel Alves Gamito de Matos e Carmen Dolores Palminha Mendes, e um do eleito do BE Senhor Rui Beles Vieira.-----

Uma abstenção do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz.-----

#### **PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE OBRAS EM CURSO NO MUNICÍPIO -----**

Pela Senhora Susana Pádua, em representação dos eleitos do PS, foi apresentada a seguinte proposta de Moção: -----



**“Moção em defesa da segurança e salvaguarda da integridade física dos munícipes face às obras em curso no concelho -----**

1 - Considerando que os munícipes, sem exceções, devem ser alvo do maior respeito, tratados dignamente em todas as circunstâncias; e em especial quando se encontram situações de maior fragilidade; -----

2- Tendo presente que a defesa e garantia dos direitos, bem como a integridade física dos munícipes devem ser sempre colocadas em primeiro lugar no âmbito do desenvolvimento de toda e qualquer política autárquica; -----

3 – Verificando-se a olhos vistos uma total ausência de preocupação com as condições em que as obras se arrastam tanto nos domínios da segurança e da saúde como do desconforto a que são sujeitos os nossos munícipes; -----

4 – Constatando-se que os munícipes, por via das desordenadas obras no concelho, em particular os mais idosos, muitos deles se encontram ou encontraram praticamente impedidos de sair de casa durante o decurso dos trabalhos nas respetivas ruas porque à frente da porta tinham ou ainda têm para passar três tábuas colocadas lado a lado e a servir de corrimão uma fita de plástico vermelho e branco atada a uns tubos de ferro espetados, que em si mesmos constituem um perigo em razão poderem eles próprios dar aso as circunstâncias infelizes ou acidentes; -----

5 – Considerando que o sábio aforismo popular “antes prevenir do que remediar” não foi levado à prática, nem levemente nestes trabalhos de acordo com os padrões dos países desenvolvidos, porque nada se preveniu e deixou-se à sua própria sorte o destino das pessoas. -----

6 – Tendo presente que já ocorreram acidentes, mas que felizmente ainda não se registou nenhum caso grave para a saúde e a integridade física dos nossos munícipes, o que poderão ocorrer a qualquer momento. -----

Os eleitos pelo PS na Assembleia Municipal de Santiago do Cacém submetem para votação a seguinte proposta de deliberação: -----

a) sejam imediatamente revistos todos os sistemas de segurança existentes em relação a cada uma das obras em andamento nas freguesias do concelho de modo a torná-lo efetivo. -----

b) que em futuros de contratos esta vertente da segurança seja absolutamente acautelada antes das adjudicações dos mesmos. “ -----

A Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **rejeitada, por maioria, com dezasseis votos contra, dos eleitos da CDU, Senhor/as/es Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, João Filipe Teixeira Ludovico, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.** -----

Onze votos a favor, sendo seis do/a/s eleito/a/s do PS, Senhor/e/a/s Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, José António Costa, Pedro Miguel Silva Marques, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Ricardo Jorge da Cruz, quatro do/a/s eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/es/as Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Pereira Machado Branco, António Manuel Alves Gamito de Matos e Carmen Dolores Palminha Mendes, e um do eleito do BE Senhor Rui Beles Vieira. -----

**PROPOSTA DE MOÇÃO – REDE DE ESGOTOS DA FREGUESIA DE ALVALADE** -----

**Pela Senhora Susana Pádua, em representação dos eleitos do PS, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:** -----

**“Moção em defesa da reavaliação da rede de esgotos e consequente construção de um novo adutor de esgotos nas ruas Almirante Reis e de São Pedro na freguesia de Alvalade Sado** -----

1 – Constatando a existência de várias obras em curso, algumas delas de requalificação do centro histórico, suportadas por fundos comunitários, na freguesia de Alvalade Sado;

2 – Tendo presente o primado do respeito pelos direitos dos munícipes, da salvaguarda do bem-estar e da tranquilidade das populações, que nos serve como bússola para a nossa atividade política; -----

3 – Considerando os trabalhos que decorrem de requalificação nas ruas Almirante Reis e de São Pedro na freguesia de Alvalade Sado poderiam e deveriam ser também aproveitados para levar a cabo o que ainda falta fazer para regularizar a canalização de esgotos e que inexplicavelmente não se encontra previsto; -----

4 – Observando recomendações técnicas segundo as quais qualquer obra em profundidade no tecido urbano deve não só ser devidamente planeada e planificada a preceito, como também colocar na equação que se remexa de uma só vez nos solos e subsolos por modo a realizar todos os trabalhos necessários nos diferentes sistemas minimizando, por um lado, o incómodo das populações, e por outro, maximizando o investimento em presença; -----

4 – Tendo em conta que esta artéria, a principal da vila, padece há vários anos de um grave problema associado à rede de esgotos que percorre esta via, o qual é de resto por todos conhecido; -----

5 – Verificando-se que ainda a semana passada, para não dizer praticamente todos os dias, as tampas de esgotos da referida rua voltam a saltar, o que mais uma vez não só constituiu um enorme incómodo para os cidadãos, como levantou todo um quadro de questões relativas à salubridade pública; -----

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Santiago do Cacém submete a seguinte proposta de deliberação: -----

a) O executivo camarário deve proceder de imediato a uma reavaliação através de peritagem técnica aos trabalhos em curso nas ruas Almirante Reis e de São Pedro da freguesia de Alvalade Sado. -----

b) Seja consequentemente construído um novo adutor de esgotos para assim se pôr fim de uma vez por todas a um problema que se arrasta há largo anos em Alvalade Sado. “

A Senhora Presidente colocou a proposta a discussão. -----

Interveio o Senhor Ricardo Cruz, eleito do PS, e Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, começando por referir que as obras em curso eram de grande relevância para a Freguesia a que preside, das quais se orgulhavam como eleito, tendo também dado o seu contributo para as mesmas, enquanto Vice-Presidente da Casa do Povo de Alvalade, defendendo nomeadamente que fosse retirado um muro, para alargar o espaço, esperando que as mesmas sejam concretizadas tal como foram planeadas. -----

Mais referiu que os problemas dos esgotos e ligação dos pluviais persistiam havia muito tempo, mesmo quando não chovia, originando maus cheiros, esperando que sejam tomadas as medidas necessárias para os resolver, através da intervenção que já está a ser feita pelos Serviços Municipais, questionando ainda se vão ser feitas algumas alterações relativamente ao que foi previsto. -----

Referiu também que gostaria de colocar uma situação para a qual foi alertado por alguns fregueses, e que tinha a ver com os estacionamento que estão a ser criados no âmbito das obras de requalificação em curso naquela Vila, dado que, ao contrário do que acontece nas obras, na Av. Manuel da Fonseca, não existe qualquer desnível nos mesmos relativamente à via, questionando se vão ser colocados pins, o que não facilitaria o estacionamento.-----

Referiu ainda que gostaria de agradecer a rápida resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual contactou no dia da reunião da mesma, para lhe colocar um problema levantado por vários moradores relacionado com o pó do estaleiro que serve as obras, no sentido de serem tomadas medidas para minimizar a situação. -----

Interveio o Senhor Rui Vieira, começando por referir que o BE tinha colocado algumas questões relativamente àquelas obras como o fez relativamente às obras de Santo André e da Av. Manuel da Fonseca, tendo o direito a uma resposta, sendo que o Senhor Presidente recorreu à Comunicação Social, para falar sobre este assunto, culpando as pessoas por deitarem todo o tipo de coisas para os esgotos, causando os problemas que se verificaram em Alvalade.-----

Mais referiu que a realização de obras causava incómodos às pessoas, provocados nomeadamente pelo pó e ruído, sendo que cabia às entidades competentes minimizar as situações, considerando que, nestes casos, a Câmara Municipal deve falar com o empreiteiro, para que tome as medidas adequadas, para o efeito.-----

Concluiu, referindo estar solidário com a proposta dos eleitos do PS.-----

Interveio o Senhor Joaquim Gamito, eleito da CDU, referindo que também já tinha reparado que o estacionamento na Av. Manuel da Fonseca, em Santiago do Cacém, tinha um relevo junto à via, enquanto em Alvalade estava ao nível da mesma, questionando a razão desta diferença.-----

Mais referiu que também tinha colocado ao Senhor Presidente da Câmara Municipal a possibilidade de ser utilizado o material que foi retirado das ruas que estão a ser intervencionadas em Alvalade, para minimizar a situação do pó na via onde as máquinas das obras se movimentam, o qual o informara que o material tinha sido solicitado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia. Acrescentou que o problema já estava a ser minimizado.-----

Interveio novamente O Senhor Ricardo da Cruz, informando que, em vinte e dois de janeiro do corrente ano, a Junta de Freguesia de Alvalade tinha remetido um e-mail à Câmara Municipal, no sentido do ser utilizado o material retirado das ruas, para minimizar a situação do pó, sendo que lhe foi respondido que esta solução não seria a melhor, porque produzia um pó preto.-----

Mais esclareceu que aquele material estava depositado no estaleiro da empresa Visabeiras e que algum tinha sido utilizado, para colocar nas passadeiras de acesso aos estabelecimentos comerciais, na zona onde se desenvolvem as obras.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que tinha despachado no sentido daquele material ser cedido à Junta de Freguesia de Alvalade, pelo que irá ver esta situação com os Serviços.-----

Mais referiu que a gestão CDU na Autarquia tinha tomado a opção de realizar aquelas obras, em Alvalade, no ano de dois mil e catorze, as quais estavam inseridas num conjunto de obras de requalificação urbana a executar no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU). Acrescentou que gostariam de conseguir requalificar tudo o que precisava de intervenção, mas os recursos financeiros eram limitados, informando que já foram esgotados todos os fundos para as obras previstas

naquele Plano, sendo que ainda era preciso realizar mais obras no valor de dois milhões de euros. -----

Acrescentou que a remodelação da rede de esgotos não tinha sido contemplada naquelas obras de requalificação, porque embora a mesma fosse antiga, não era considerada uma situação crítica, sendo que, por vezes, havia um problema de maus cheiros, porque havia pluviais dos quintais ligadas à rede de esgotos e quando chovia não havia capacidade de escoamento, fazendo saltar as tampas na mesma, problema que se agravou no decurso das obras, com o entupimento, daquela rede, na qual foram encontradas toalhetes, fraldas e terra, formando rolha, para o qual também poderá ter contribuído os resíduos de uma Unidade de Produção de queijos, sita na Zona Industrial, cujo licenciamento não é da competência da Câmara Municipal, sendo esta a situação que transmitiu à Comunicação Social. -----

Mais informou que perante esta situação, a Câmara Municipal tomou, de imediato, medidas, no sentido de se encontrar a solução técnica adequada para a resolução do problema, a qual passa pela substituição de parte da conduta, sendo que, se o problema persistir, a intervenção prosseguirá até à Rua de S. Pedro, o que implica um investimento significativo.-----

Concluiu, referindo compreender a bondade da proposta do PS, mas considerava que a mesma chegava tarde, dado que a Câmara Municipal já estava a desenvolver as ações necessárias para a resolução do problema. -----

Acrescentou que era curioso o facto dos eleitos do PS só agora apresentarem esta proposta, quando referem na mesma que o problema já existia, lamentando que não tenham dado este contributo, aquando da apresentação do projeto das obras de requalificação do Centro Histórico daquela Vila. -----

Recordou ainda o facto dos eleitos do PS terem criticado a Câmara Municipal relativamente a uma intervenção semelhante que está em curso na Av. Manuel da Fonseca, argumentando que não era necessária.-----

Interveio novamente o Senhor Ricardo Cruz, questionando se iam ser substituídas as cúpulas desde a antiga até à nova bombagem. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que através da intervenção em curso será possível perceber se o problema fica resolvido, caso contrário, a remodelação da conduta prosseguirá até à caixa seguinte.-----

A Senhora Susana Pádua referiu que não tinha percebido, da intervenção do Senhor Presidente sobre os trabalhos em curso na rede de esgotos daquela Vila, se a conduta ia ser substituída.-----

Acrescentou que não achava que tenha sido dado um passo em frente pela Câmara Municipal relativamente a este assunto, pelo contrário, por considerar que se tratava de uma situação que devia ter sido salvaguardada no âmbito do projeto das obras de requalificação em curso naquela Vila, a qual os técnicos e o Senhor Presidente tinham a obrigação de conhecer. -----

Mais referiu que a proposta dos eleitos do PS é no sentido de a Câmara Municipal proceder a uma avaliação técnica da situação e tomar as medidas para a resolução do problema.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal perguntou se a Senhora Susana Pádua podia indicar quantas situações de entupimento dos esgotos se tinham verificado naquele local, durante o último ano.-----

A Senhora Susana Pádua referiu que não sabia quantas vezes se tinham registado problemas naquela rede de esgotos, considerando que não era aos eleitos do PS que competia estar a par desta situação, a qual devia ter sido acautelada aquando da

elaboração dos projetos das obras de requalificação, dado que se tratava de um problema recorrente, como lhe tinha sido transmitido, recentemente, pelos comerciantes e outras pessoas daquela Vila, as quais também não tinham levantado esta questão, aquando da discussão pública dos projetos, por estarem convencidos que a intervenção na rede de esgotos estava incluída nos mesmos.-----

Interveio novamente o Senhor Ricardo da Cruz, referindo que ficava satisfeito com a resposta do Senhor Presidente, de que o problema ficaria resolvido, naquela parte, acrescentando que todos estavam convencidos que a rede de esgotos seria substituída, por isso não questionaram.-----

O Senhor Presidente referiu que a Câmara Municipal tinha apresentado publicamente o projeto duas vezes e que no *PowerPoint* estava clara a intervenção que ia ser feita, a qual consistia nomeadamente na remodelação da rede de águas e ligação dos pluviais. Acrescentou que compreendia que as pessoas não tivessem percebido que os mesmos não contemplavam a rede de esgotos, sendo que também não se recordava que alguma vez alguém lhe tenha dado conhecimento que havia um problema de esgotos naquelas ruas, acrescentando que, tendo o problema sido despoletado no decorrer das obras em curso, foram de imediato tomadas medidas para o resolver. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **rejeitada, por maioria**, com dezasseis votos contra, dos eleitos da CDU Senhor/as/es Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, João Filipe Teixeira Ludovico, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

Sete votos a favor, sendo seis do/a/s eleito/a/s do PS, Senhor/e/a/s Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, José António Costa, Pedro Miguel Silva Marques, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Ricardo Jorge da Cruz e um do eleito do BE Senhor Rui Beles Vieira. -----

Quatro abstenções do/a/s eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/es/as Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Pereira Machado Branco, António Manuel Alves Gamito de Matos e Carmen Dolores Palminha Mendes. -----

#### **CIDADE DE VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ – BAIRRO PÔR DO SOL - TOPÓNIMO RUA DAS CEGONHAS**

O Senhor Norberto Barradas, eleito da CDU, referiu que existe alguma confusão relativamente àquele Topónimo, da qual resultam alguns problemas nas repartições públicas, onde só aparece o Largo das Cegonhas, quando foi aprovado numa reunião da Junta de Freguesia, realizada em seis de março de mil novecentos e noventa e sete, o Topónimo Rua das Cegonhas no novo Loteamento daquele Bairro, bem como o Topónimo Passeio do Corvo Marinho que substitui o anterior topónimo do Largo do Corvo Marinho e das Cegonhas, considerando necessário esclarecer esta situação. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que este assunto será visto com os respetivos Serviços.-----

#### **RESPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL A REQUERIMENTOS DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA -----**

A Senhora Susana Pádua, eleita do PS, informou que tinha recebido, na semana em curso, a resposta da Câmara Municipal ao seu requerimento relativo ao Acordo de Colaboração, no âmbito da Educação-Pré-Escolar, entre a Autarquia e a Direção Regional de Educação do Alentejo e o Instituto de Segurança Social, tendo em anexo a relação dos estabelecimentos do Pré-Escolar no Concelho, sendo que o mesmo está assinado pelo anterior Presidente da Câmara Municipal e pelos responsáveis das outras entidades, naquela data, acrescentando que considerava esta situação bizarra, dado que os acordos são renovados anualmente, deduzindo que a Câmara Municipal não dispunha do Acordo do ano em curso assinado, enviou o que tinha, de um ano anterior. -----

Mais referiu que no que respeitava ao seu pedido de informação sobre o número de auxiliares nos Jardins de Infância, tinha recebido um e-mail, no dia dezasseis de junho e outro no dia vinte e três do mesmo mês, cuja resposta era uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma, porque a informação recebida não contempla o número de Auxiliares nos diferentes Jardins de Infância, dado que lhe foi enviado um quadro síntese, por Agrupamento de Escolas, e dentro deste o número de grupos constituídos (salas) e o número de Assistentes Operacionais/Assistentes Técnicas, determinado pela Portaria nº 272-A/2017 e uma coluna ao lado com as referidas profissionais que têm ao serviço, o que não permite fazer uma leitura da realidade, em concreto, ou seja, quantos elementos estão de facto afetos a cada sala e a cada Jardim de Infância. -----

Referiu ainda que na resposta que lhe foi enviada é feita referência à Portaria nº 272-A/2017, a qual tem a ver com os rácios do pessoal a afetar em sala, sendo que a Educação Pré-Escolar contempla as atividades em sala e o apoio que é prestado à família, as quais compreendem as atividades de animação. Mais referiu que era curioso que na resposta não tenha sido feita referência à Portaria 644-A/2015 as AAAF que se destina a assegurar o acompanhamento das crianças na Educação Pré-Escolar antes e/ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas, acrescentando que na resposta não foi feita qualquer referência àquelas atividades e a necessária afetação de pessoal para dar resposta ao funcionamento das mesmas.-----

Concluiu, referindo que a informação que recebeu, tardiamente, não confere com a que foi solicitada, solicitando que seja cumprida a lei em toda a sua extensão relativamente a esta matéria.-----

#### **PROPOSTA DE AUTOMATIZAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DA TAXA SOCIAL DE ÁGUA AOS MUNICÍPIES -----**

O Senhor Rui Beles Vieira, eleito do BE, apresentou a proposta mencionada em epígrafe, referindo que a taxa social da água devia ser atribuída aos municípios, de forma automática, sem ser necessário um requerimento à Câmara Municipal, cabendo ao Executivo Municipal informar as pessoas sobre as formas de acesso à mesma.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o requerimento tem que ser apresentado, para que os Serviços possam aferir se as pessoas têm direito àquele benefício.-----

O Senhor Rui Vieira referiu que a automatização do procedimento não impedia que fosse confirmada a situação do beneficiário, acrescentando que o que estava a solicitar era o acesso àquela taxa, em termos genéricos, de uma forma automática, ou seja, a possibilidade de as pessoas acederem elas próprias ou com ajuda a uma aplicação, sem precisarem de fazer um requerimento, sobretudo pessoas idosas e reformados. Acrescentou que a Câmara Municipal podia avaliar se as pessoas cumpriam os requisitos através da declaração do IRS.-----

O Senhor Presidente referiu que bastava remeter um e-mail à Câmara Municipal com os documentos digitalizados. -----

Acrescentou que se colocava o problema da confidencialidade dos dados relativamente à obtenção da informação através de outras entidades e que este procedimento ia burocratizar mais o processo.-----

Mais informou que a Câmara Municipal disponibiliza a informação através de *e-mail* e as juntas de freguesia ajudam os munícipes neste processo, fazendo chegar a documentação aos serviços técnicos da Autarquia, para avaliação. -----

Referiu ainda que o princípio na Administração Pública é o pagamento pelo que se consome, existindo exceções como a Tarifa Social, para quem tem dificuldades económicas. -----

O Senhor Rui Vieira referiu que havia alguma contradição nos argumentos apresentados sobre este assunto, dado que numa intervenção anterior, de um eleito da CDU, tinha sido dito que as pessoas não dispunham de meios informáticos, e agora o Senhor Presidente da Câmara Municipal diz que podem enviar *e-mails*. -----

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, referiu que percebia a ideia contida na proposta, mas considerava que o problema era a funcionalidade da mesma.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **rejeitada, por maioria, com dezasseis votos contra, dos eleitos da CDU**, Senhor/as/es Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, João Filipe Teixeira Ludovico, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Quatro votos a favor, sendo três do/a/s eleito/a/s do PS, Senhor/e/a/s Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua e Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, e um do eleito do BE Senhor Rui Beles Vieira.

Sete abstenções, sendo e quatro do/a/s eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/es/as Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Pereira Machado Branco, António Manuel Alves Gamito de Matos e Carmen Dolores Palminha Mendes, e três de eleitos do PS, Senhoras José António Costa, Pedro Miguel Silva Marques e Ricardo Jorge Cruz. -----

## ----- **RECOMENDAÇÃO – TRANSPORTES**-----

Pelo Senhor Tiago da Silva, em representação dos eleitos do PS, foi apresentada a seguinte “**Recomendação** -----

Desde o início de abril que a oferta de transportes públicos no nosso concelho, bem como nos concelhos vizinhos, sofreu forte redução, situação parcialmente reposta com o reinício das aulas do ensino secundário a 18 de maio.-----

Certo é que ainda hoje alguns horários ficaram por repor, alguns dos quais de relevo para deslocações casa-trabalho, ao hospital, para compras e resolução de assuntos do dia-a-dia, situação que se prevê agravar com o encerramento do ano escolar. -----

A exemplo serve que o primeiro autocarro que passa por Santo André chega ao hospital pelas 8:45 horas, quando antes ocorria pelas 7:45 horas. Também o autocarro que horariamente passava no hospital, agora apenas efetua cerca de metade das viagens. -----

Também importa que em Santo André, no terminal de autocarros, não há venda de bilhetes de expresso, não cumprindo a estrutura a função que lhe foi conferida. Só nos podemos questionar o motivo de tal. -----

Neste contexto, importa também questionar qual será a abrangência do próximo concurso de serviço público de transportes de passageiros. Irá manter a oferta agora disponível e de demonstradamente inadequada? -----

Conscientes destas situações e dos transtornos por elas causados, os membros desta assembleia eleitos pelo Partido Socialista, recomendam ao executivo da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, que junto da CIMAL enquanto entidade responsável pelos transportes ditos públicos, e da qual o Presidente desta Câmara Municipal pertence ao executivo, se encontre solução para a falta de transportes no nosso concelho e que seja resolvida a questão da venda dos bilhetes, de forma a colmatar as necessidades e a reduzir o isolamento das nossas populações.”-----

#### **ADEMAS – ABASTECIMENTO DE ÁGUA -----**

O Senhor Francisco Lobo de Vasconcellos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, chamou a atenção para uma situação que está a preocupar os moradores das habitações existentes nas imediações da Reserva Alecrim, naquela localidade, a qual tem a ver com o decréscimo e irregularidades no abastecimento de água dos furos que as abastecem, o que poderá resultar de uma sobrecarga do nível freático naquela zona, devido à implantação de um empreendimento turístico, um Resort, questionando se este não devia ter uma ligação direta à rede pública. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que era importante para a análise desta situação que fossem identificados os problemas concretos existentes.-----

#### **MOÇÃO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DE INSALUBRIDADE E RISCO AOS TRABALHADORES DAS AUTARQUIAS LOCAIS -----**

Pelo Senhor Joaquim Gamito, em representação dos eleitos da CDU foi apresentada a seguinte **proposta de “Moção:** -----

Considerando que: -----

a) A declaração pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020 seguida da classificação, no dia 11 de março de 2020, da doença COVID-19 como uma pandemia colocou-nos em tempo de emergência e urgência na tomada de decisões que garantam as melhores condições para enfrentar esta crise e este flagelo; -----

b) O estado de emergência que vigorou em Portugal teve de salvaguardar os direitos dos trabalhadores e garantir condições de trabalho compatíveis com os riscos de quem assegura os serviços públicos essenciais às populações; -----

c) Neste sentido é necessário e urgente reconhecer e recompensar os trabalhadores que continuam a cumprir diariamente funções imprescindíveis à vida das comunidades, por exemplo – higiene e limpeza, água e saneamento, proteção civil, cemitérios – às quais estão associadas condições de insalubridade e risco, hoje particularmente agravadas pelo perigo de contágio que podem pôr em causa a saúde e a própria vida desses trabalhadores; -----

d) A atribuição do subsídio de insalubridade e risco, está, há muito tempo, prevista na legislação, mas nunca foi regulamentado e aplicado: -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 26 de junho de 2020, delibera: -----

Solicitar ao Governo, porque se trata de uma justa exigência destes tempos de pandemia, que reconheça estas condições a que estão sujeitos estes milhares de



trabalhadores no desempenho de funções essenciais à sociedade e que regulamente e determine a aplicação do Suplemento de Insalubridade e Risco, no âmbito do Decreto Lei nº 53-A/98, a todos os trabalhadores que se encontram nesta situação.”-----

Numa intervenção prévia à apresentação da proposta de Moção, o Senhor Joaquim Gamito referiu que a atribuição deste subsídio estava prevista desde mil novecentos e oitenta e oito, cuja lei nunca foi regulamentada, para a sua aplicação, acrescentando que se tratava de trabalhadores com salários baixos e que correm muitos riscos, os quais aumentaram com a pandemia, não tendo os mesmos deixado de fazer o seu trabalho, considerando que era de elementar justiça a atribuição deste subsídio que lhe é devido. -

A Senhora Presidente colocou a proposta a discussão. -----

Interveio o Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, referindo que o texto devia ser mais claro relativamente aos trabalhadores a quem se destinavam as medidas referidas, porque inicialmente dava a entender que era para todos os trabalhadores e depois para situações específicas. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezasseis votos a favor, dos eleitos da CDU Senhor/as/es Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, João Filipe Teixeira Ludovico, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

Sete abstenções, sendo seis do/a/s eleito/a/s do PS, Senhor/e/a/s Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, José António Costa, Pedro Miguel Silva Marques, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Ricardo Jorge da Cruz e um do eleito do BE Senhor Rui Beles Vieira. -----

Quatro votos contra do/a/s eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/es/as Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Pereira Machado Branco, António Manuel Alves Gamito de Matos e Carmen Dolores Palminha Mendes. -----

---

## ----- **ORDEM DO DIA:** -----

### **1. Expediente.** -----

A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, de janeiro a junho de dois mil e vinte, documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número cinco, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

### **2. Ata.**-----

A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a **Ata nº 01**, da Sessão Ordinária de vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----

Não votaram a Ata, as/os Senhor/as/es Manuel Botelho Mourão, Francisco de Oliveira Pereira e Carmen Dolores Palminha Mendes, não terem estado presentes naquela reunião. -----

### **3. Apreciação das informações da Câmara Municipal e ratificação de medidas tomadas no âmbito da Covid-19, ao abrigo da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril.-----**

A Senhora Presidente Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou as seguintes medidas tomadas pela Câmara Municipal e remetidas à Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na Lei mencionada em epígrafe:-----

#### **“DESPACHO-----**

Atendendo à emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020, bem como à classificação, no dia 11 de março de 2020, da doença COVID-19 como uma pandemia, e ainda a declaração de estado de emergência em Portugal, conforme o Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, que procedeu à execução do estado de emergência em Portugal, decretado pelo Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março;-----

Atendendo que compete à Câmara Municipal de Santiago do Cacém, apoiar atividades de natureza social, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, determino a adoção de um conjunto de medidas extraordinárias e de caráter urgente para apoio ao nível social e económico no combate à Pandemia por Covid- 19, a saber:-----

- Isenção do pagamento de taxas referentes à ocupação de espaço público e publicidade de estabelecimentos comerciais, nos meses de abril, maio e junho de 2020;-----
- Isenção do pagamento do direito de superfície às micro e pequenas empresas instaladas nos parques empresariais municipais, referente aos meses de abril, maio e junho de 2020;-----
- Isenção do pagamento de rendas referentes aos espaços municipais arrendados ou concessionados para fins comerciais integrados nos setores que foram encerrados ou que sofreram restrições de funcionamento, durante os meses de abril, maio e junho de 2020;
- Isenção do pagamento das tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos nos tarifários sociais e de famílias numerosas nos meses de abril, maio e junho de 2020;-----
- Isenção do pagamento das tarifas fixas dos serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos para todos os consumidores domésticos e não domésticos nos meses de abril, maio e junho de 2020;-----
- Isenção do pagamento das tarifas dos serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos para todas as IPSS e outras instituições equiparadas, bem como as Associações de Bombeiros, nos meses de abril, maio e junho de 2020;-----
- Suspensão de cortes de água nos meses de abril, maio e junho de 2020;-----
- Suspensão de procedimentos de execução fiscal e processos de contraordenação até ao final de junho;-----
- Não aplicação de juros de mora por atrasos de pagamento dos consumos de água referentes aos meses de abril, maio e junho;-----
- Desinfeção e higienização do espaço público em todas as freguesias do Município em colaboração com as Juntas de Freguesia;-----
- Desinfeção de todos os edifícios de valência de lares de terceira idade e quartéis dos bombeiros do Concelho;-----
- Fornecimento de refeições aos alunos do escalão A, bem como fornecimento de refeições e acolhimento aos alunos que são filhos de profissionais de saúde, forças de segurança, bombeiros e proteção civil envolvidos no combate à pandemia por COVID 19, em articulação com os agrupamentos de escolas do Concelho;-----

- Fornecimento gratuito de refeições aos bombeiros que estejam de prevenção; -----
- Fornecimento gratuito de Equipamentos de Proteção Individual a bombeiros, profissionais de saúde, forças de segurança e funcionários de IPSS; -----
- Apoio de emergência a famílias carenciadas devidamente assinaladas; -----
- Campanha “Nós vamos às compras por si!” um serviço de apoio em rede à população mais vulnerável, em articulação com as Juntas de Freguesia para garantir o acesso aos bens alimentares e medicamentos;-----
- Manter os apoios previstos em protocolo estabelecidos com o Movimento Associativo, mesmo durante a paragem nas atividades;-----
- Isenção do pagamento da mensalidade dos alunos da Escola da Guitarra Portuguesa Mestre António Chainho nos meses de abril, maio e junho;-----
- Manutenção do pagamento a todos os colaboradores prestadores de serviço nos equipamentos municipais, durante o período em que estes se encontrem encerrados; ----
- Campanha de sensibilização, por todo o Concelho, para que se cumpra o dever de recolhimento domiciliário – “Fique em casa” é a mensagem principal difundida através do aviso sonoro; -----
- Divulgação dos restaurantes do Concelho com serviço de *take-away*; -----
- Instalação de dispensadores com soluções desinfetantes junto de todos os terminais de multibanco do Concelho, que se encontrem instalados em espaço exterior; -----
- Funcionamento dos serviços técnicos e administrativos em regime de teletrabalho, com cerca de 100 computadores ligados em rede e com acesso às aplicações informáticas indispensáveis ao exercício desses mesmos serviços. -----

**O meu Despacho será objeto de ratificação na próxima reunião de Câmara, conforme dispõe o n.º 3 do artigo 35.º do Regime Jurídico já referido, e na próxima sessão da Assembleia Municipal de acordo com o disposto na alínea g) e h) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo Diploma. -----**

**O Presidente da Câmara Municipal, -----  
Álvaro dos Santos Beijinha” -----**

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu ainda que se tem vindo a viver um período muito difícil no Município, no País e no Mundo, em geral, com a situação da pandemia ainda em curso. -----

Acrescentou que gostaria de salientar a bravura dos trabalhadores do Município que, desde a primeira hora, deram o seu melhor para enfrentar a situação, não levantando quaisquer problemas na execução das tarefas, por receio de ficarem contaminados, mesmo quando, no início da pandemia, não havia materiais de proteção, nomeadamente aqueles que trabalham na área dos resíduos sólidos urbanos, os quais têm que se levantar às cinco da manhã, para às seis horas iniciarem os trabalhos, e são os que tem os salários mais baixos da Administração Pública, lamentando também que a Moção sobre a atribuição do subsídio de risco para estes trabalhadores não tenha sido aprovada, por unanimidade, como aconteceu na Câmara Municipal, porque são eles os verdadeiros heróis na atual situação. Pelo que gostaria deixar o seu reconhecimento público a estes trabalhadores, em particular, bem como ao responsável na Proteção Civil Municipal Fernando Dinis e à Técnica Superior Cláudia Carvalho, do Serviço de Higiene Segurança e Saúde, pela sua permanente disponibilidade, assim como a todos os trabalhadores da Câmara Municipal, em geral. -----

Mais referiu que gostaria também de destacar o facto de a Autarquia estar na linha da frente nas questões tecnológicas, o que é motivo de orgulho, e que resultava do empenho dos trabalhadores da área de informática, os quais trabalharam dia e noite, para assegurarem o funcionamento dos serviços, com a criação de cem postos de

teletrabalho, em rede, permitindo assim que a Câmara Municipal continuasse a dar resposta aos cidadãos, apesar do edifício estar encerrado ao público.-----

Sublinhou também o papel dos Vereadores não permanentes pelo acompanhamento e solidariedade demonstrada relativamente às medidas que foram tomadas para fazer face à situação da pandemia, os quais deram também os seus contributos e apresentaram propostas à Câmara Municipal, considerando que esta era a postura que as populações esperam dos eleitos, independentemente das convicções político/partidárias de cada um. Referiu também o importante papel das Juntas de Freguesia e dos seus presidentes, em particular, destacando igualmente a cooperação e contributos de algumas empresas, nomeadamente da Destilaria *Black Pig*, que forneceu álcool gel à Câmara Municipal e a outras entidades, inicialmente de forma gratuita e, posteriormente, a custos de produção, considerando que estas e outras empresas deram um exemplo de altruísmo no apoio à Comunidade.-----

Acrescentou que gostaria igualmente de deixar registado um reconhecimento público aos Delegados de Saúde Dr. Toro e Dr. Mário Jorge, pela sua disponibilidade, com os quais houve um diálogo diário, desde o início da pandemia, para esclarecimento de dúvidas que se iam colocando, bem como uma informação permanente e rigorosa da evolução da situação, por parte dos mesmos, a qual esteve sempre relativamente controlada no Município, tendo havido também uma boa coordenação entre a Autarquia, Bombeiros e Forças de Segurança. -----

Mais informou que a Câmara Municipal tem vindo a fazer um forte investimento na aquisição de produtos e equipamentos de proteção individual, para distribuição pelas várias entidades do Município, bem como às populações e comércio local. -----

Referiu ainda as isenções nas tarifas, sendo uma das medidas propostas pelo Vereador da Coligação Santiago do Cacém Mais, do pagamento do 3º e 4º escalão da água pelo valor cobrado no 2º escalão, a qual foi alargada, pela restante Vereação, ao saneamento e resíduos, entre outras constantes no documento remetido à Assembleia Municipal. ----

## **PRIMEIRO PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----**

Atingidas que foram as vinte e quatro horas, a Senhora Presidente colocou à consideração da Assembleia o prolongamento dos trabalhos, por mais trinta minutos, de acordo com o previsto no Regimento. Não foram levantadas objeções. -----

Interveio o Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, sobre o assunto em apreço, referindo que era importante salientar o trabalho, o esforço e empenho dos trabalhadores nomeadamente da Câmara Municipal, das juntas de Freguesia, da Saúde e também das escolas.-----

Relativamente às medidas tomadas, com as quais se congratulou, salientando algumas, considerou que se podia ter ido mais longe, quer no apoio às escolas através de meios informáticos, computadores e rede, a exemplo do que fizeram outros municípios vizinhos, injetando dinheiro no comércio local, distribuindo parte dos cinco por cento que o Município recebe do IRS, e promovendo a realização de testes a quem volta ao serviço nas instituições, como fizeram outros municípios no País.-----

Acrescentou que também devia de ter sido previsto o prolongamento das medidas tomadas por mais três meses.-----

O Senhor Francisco Lopo de Vasconcellos saudou a Câmara Municipal, de um modo geral, pelas respostas dadas no âmbito da pandemia, assim como a população do Município que cumpriu as orientações, não se tendo registado problemas. Saudou ainda

o sentido de cooperação de todas as Forças Políticas no Executivo Municipal, salientando a apresentação de propostas pela Coligação que representa, considerando que era importante que todos mantivessem este registo e que a população fosse consultada no sentido de apresentar ideias para se continuar a fazer face à pandemia, de forma a que se possa continuar a desenvolver a economia nesta fase complicada, para evitar o aumento do desemprego no Município.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que os municípios do Litoral Alentejano têm vindo a coordenar entre si as medidas de controlo da pandemia. -----

Acrescentou que cada município toma opções de acordo com os recursos de que dispõe, recordando que os mesmos não têm uma responsabilidade direta de resposta à situação, não deixando, contudo, de tomar medidas, em diferentes áreas, para responder às necessidades das populações. Acrescentou que às medidas tomadas correspondem centenas de milhares de euros, o que só foi possível porque o Município tem uma situação financeira estável. -----

Mais informou que se prevê uma redução acentuada da receita nos próximos anos, devido à diminuição na arrecadação de verba dos impostos por parte do Estado, situação que resulta dos impactos da pandemia na economia, sendo o Turismo um dos sectores mais afetados.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte votos a favor, sendo dezasseis da/o/s eleita/o/s da CDU, Senhor/as/es Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, João Filipe Teixeira Ludovico, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e quatro do/a/s eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/es/as Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Pereira Machado Branco, António Manuel Alves Gamito de Matos e Carmen Dolores Palminha Mendes.-----

Sete abstenções sendo seis do/a/s eleito/a/s do PS, Senhor/e/a/s Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, José António Costa, Pedro Miguel Silva Marques, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Ricardo Jorge da Cruz, e uma do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira, eleito do BE. -----

#### **4. PRPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

##### **--- a) Prestação de Contas do ano de 2019;** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: Um** – Aprovar os Documentos de Prestação de Contas (Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão relativos a 2019, elaborados nos termos previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Publicado em anexo ao Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro. \* -----

**Dois** – Excluem-se do referido no ponto 1 os seguintes documentos: -----

a) Mapas de subsídios obtidos por não ter havido nenhum recebimento classificado como subsídio. -----

b) Mapas de ativo de rendimento fixo e variável por não ter havido nenhum destes tipos de rendimentos no exercício. -----

c) Norma de controlo interno. Contudo, embora de forma não sistemática existem um conjunto de regras de funcionamento designadamente ao nível da tesouraria, do Fundo de Maneio (existe regulamento aprovado), das compras, do armazém, do controlo do imobilizado, que têm permitido a implementação do novo sistema contabilístico. -----

**FUNDAMENTOS: Um** – Conforme o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo n.º.33 da Lei 75/2013 de 12 setembro. -----

**Dois** – De acordo com o capítulo II e capítulo III (notas técnicas) da resolução n.º 4/2001 - 2ª. Secção publicada no D.R. n.º 191 de 18 de Agosto, II Série alterado pela resolução n.º26/2013-2ªSecção publicada no D.R. n.º226 de 21 de novembro de 2013 e com a resolução n.º 3/2019 do Tribunal de Contas publicada no Diário da República, 2ª série-n.º 16 de 23 de janeiro de 2020.” -----

\*Documento que é dado como reproduzido na presente Ata com o número sete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

Na apresentação da proposta o Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou a contínua redução da dívida do Município, não obstante o aumento da atividade autárquica registada nos últimos anos, a qual está espelhada nos documentos apresentados à Assembleia Municipal. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta a discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezasseis votos a favor, dos eleitos da CDU, Senhor/as/es Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Filipe Teixeira Ludovico, Francisco de Oliveira Pereira, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

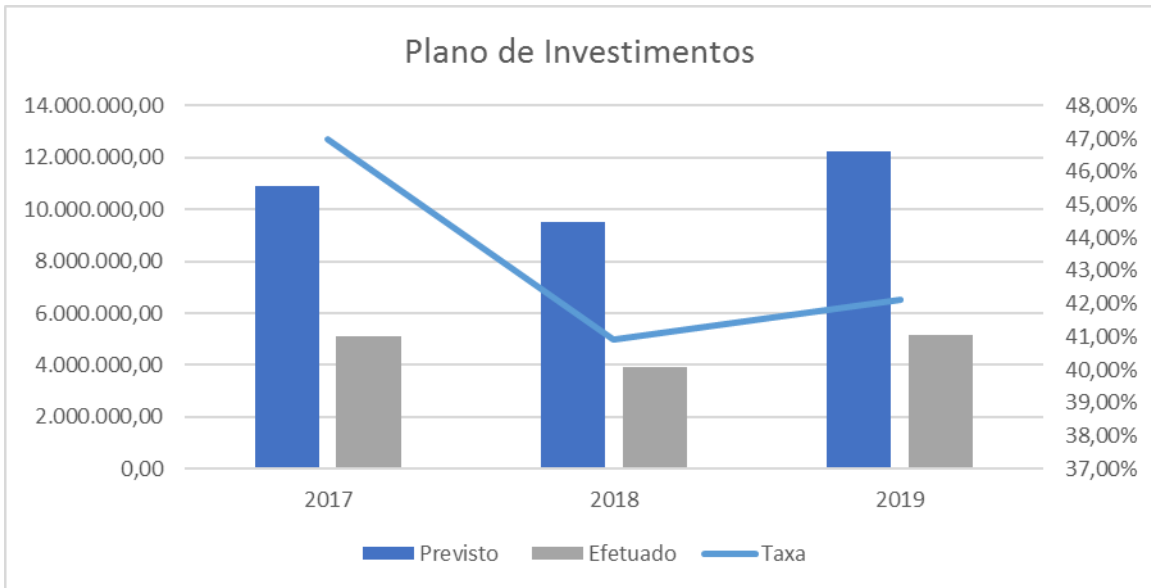
Três abstenções, sendo duas de eleitos do PS, Senhores José António Costa e Ricardo Jorge da Cruz, e uma do eleito do BE Senhor Rui Manuel Beles Vieira.-----

Oito votos contra, sendo quatro de eleitos do PS, Senhor/es/as Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Pedro Miguel Silva Marques e Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, e quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/as/es Carmem Dolores Palminha Mendes, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e António Manuel Alves Gamito de Matos.” -----

**JUSTIFICAÇÕES DE VOTO: Pela Senhora Susana Pádua, em representação dos eleitos do PS, foi apresentada a seguinte “DECLARAÇÃO DE VOTO -----**

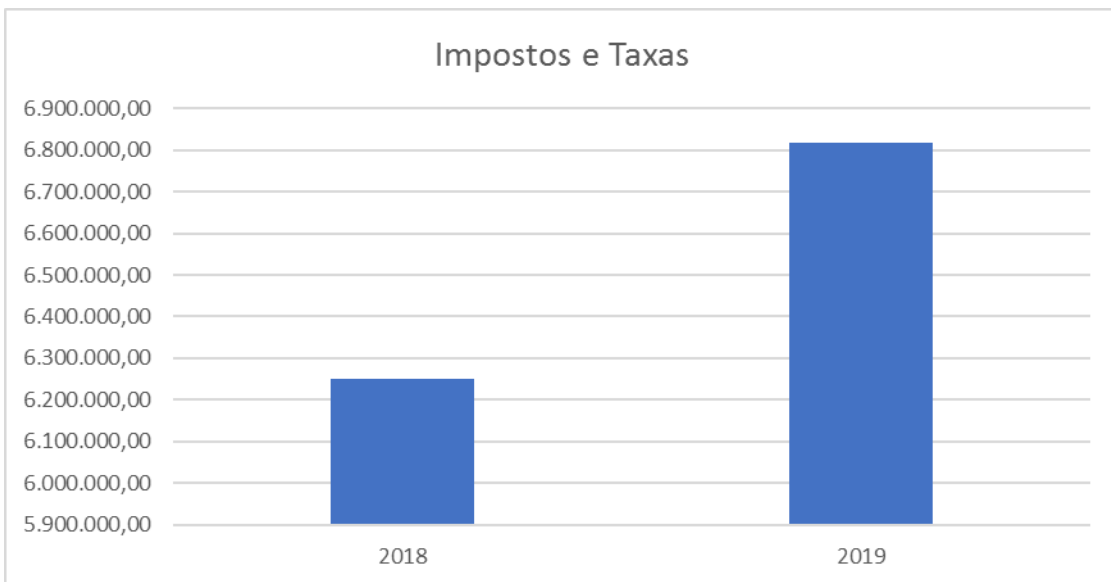
Total e completa incapacidade de execução, resumem a apreciação que os eleitos do Partido Socialista fazem dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2019, apresentados pelo executivo que gere os destinos do Município de Santiago do Cacém, que bem refletem, aliás, a ausência de estratégia, de projetos, de ideias e ambição para o concelho deste executivo camarário e dos que o precederam. -----

Esta total incapacidade de execução está bem evidente nos números constantes no Plano Plurianual de Investimentos. Como pasmo se constatando que ao longo dos últimos três anos, dos investimentos previstos pelo executivo não foram efetuados nem sequer metade. -----

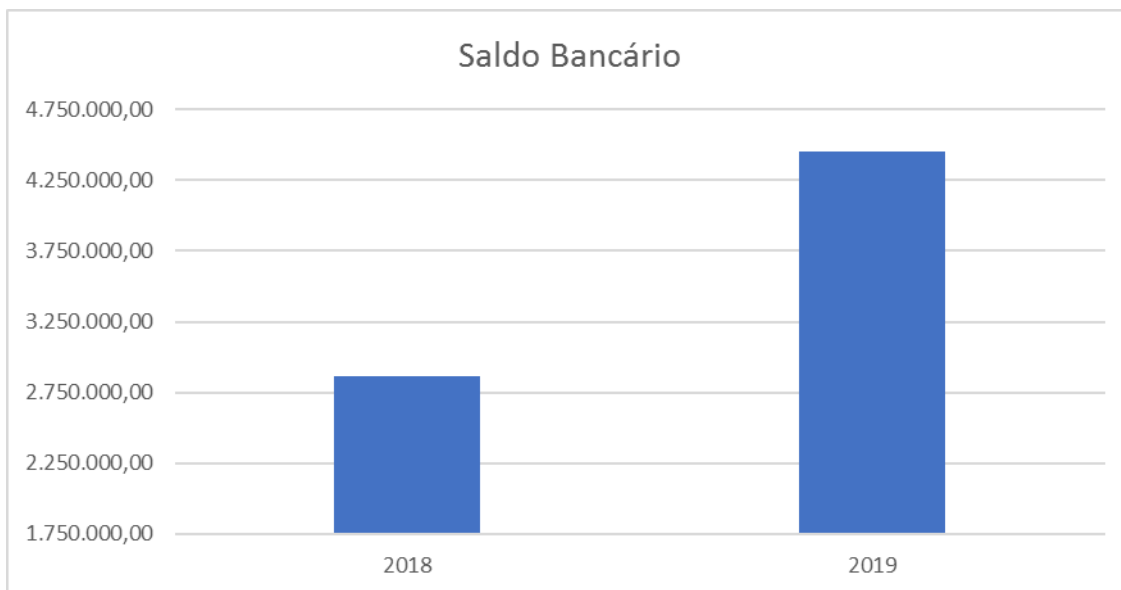


Lamentavelmente, no último ano, dos 12,2 milhões de euros de investimentos previstos, só foram realizados cerca de 5,1 milhões de euros, ou seja, 42% do previsto.----- Esta inabilidade para concretizar aquilo que os próprios se propõem realizar, só comprova à saciedade a estagnação e o abandono a que tem estado condenado o nosso concelho. -----

E não se pense que é por falta de dinheiro. Não é. Efetivamente, a Câmara Municipal tem aumentado brutalmente a cobrança de impostos e taxas. Comparativamente a 2018, a cobrança de impostos e taxas aumentou mais de 560 mil euros.-----



O próprio saldo bancário no final de cada ano é exemplo disso mesmo. Como podemos verificar na síntese das reconciliações bancárias, o saldo bancário do Município aumentou este ano 1,6 milhões de euros, tendo o Município terminado o ano com um saldo bancário de 4,5 milhões de euros. Dinheiro que não foi para investimento, de que carecemos há décadas. -----



Como é público, o Município de Santiago do Cacém tem a taxa de IMI mais alta do litoral alentejano, a par do Município de Grândola (0,36%). -----  
 Atenta esta realidade, o Partido Socialista considera que é crucial que o Município de Santiago do Cacém reduza a taxa de IMI do concelho para o mínimo legalmente permitido de 0,30%, e que implemente o benefício familiar, o que permitirá uma poupança às famílias de cerca de 670 mil euros. -----  
 Pelos motivos aqui brevemente explanados, e haveria muito a discorrer, os eleitos do Partido Socialista votam naturalmente contra os Documentos de Prestação de Contas, por total e absoluta discordância com as políticas e os métodos do atual executivo da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, que no documento apresentado revela todo o esplendor da sua inépcia. -----

**Pelo Senhor João Alberto Machado Guerreiro, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte “Declaração de Voto: -----**

A bancada da CDU gostaria de salientar, uma vez mais, o equilíbrio e o rigor financeiro evidenciado nos documentos apresentados pela Câmara Municipal, sendo de salientar a redução da dívida, mesmo com a redução significativa de impostos como o IMI, o que tem sido recorrente nos últimos anos e que é uma das faces mais visíveis deste equilíbrio. -----

Uma nota positiva também pelo trabalho permanente realizado em prol das populações, nomeadamente no âmbito da cultura, educação, desporto, juventude, (Com destaque para o Festival da Liberdade, que se realizou pela primeira vez no nosso concelho) espaços públicos, turismo, planeamento, recursos humanos, entre tantas outras áreas que tiveram notórias melhorias e que são sobejamente evidentes. -----

Foi igualmente notório o forte investimento público da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, que de acordo com um planeamento estrategicamente bem construído levou a cabo a requalificação do Bairro das Flores e o Bairro do Pinhal, requalificação do Mercado Municipal, requalificação da EM545 e várias artérias na freguesia de Ermidas-Sado, construção da rede de abastecimento de água e respetivos ramais, para o fornecimento de água ao lugar de Saramaga, na Freguesia de São Francisco da Serra, execução de polidesportivos escolares em várias freguesias do concelho, execução das infraestruturas no loteamento António Pereira da Silva, em Abela, construção de arruamento e estacionamento em Vale das Éguas e pavimentações em São Domingos e



Vale de Água, requalificação da Igreja da Misericórdia para instalação do Museu de Arqueologia de Alvalade e conclusão dos processos de adjudicação da empreitada de requalificação da Avenida Manuel da Fonseca e zona envolvente do Mercado, em Santiago do Cacém, requalificação da Rua Duque da Terceira, 31 de Maio de 1384, Praça D. Manuel I e zonas envolventes, em Alvalade e a reabilitação do edifício do Mercado Municipal, e a requalificação da Praça da Igreja Matriz, no Cercal do Alentejo. Lamentamos, por outro lado, a falta de empenho do Governo na resolução de problemas que afetam as autarquias, quer as câmaras municipais, quer as juntas de freguesia, nomeadamente no incumprimento da Lei das Finanças Locais, no processo de transferência de competências, ferido não só de falta de informação como também dos pacotes financeiros, manifestamente insuficientes, nas questões da Saúde, uma vez mais relatadas nesta Assembleia, as quais se têm vindo a agravar, na privatização dos Serviços Públicos que, invariavelmente, resulta numa prestação de serviços mais deficiente e prejudicial para a população. -----

A bancada da CDU deixa, no geral, uma nota muito positiva para a gestão efetuada no ano de 2019. -----

Aproveitamos o momento para enaltecer o trabalho realizado pelos eleitos da CDU e pelos trabalhadores da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, pelo que fizeram neste meses particularmente difíceis, desde logo pela garantia da continuidade dos serviços públicos essenciais e depois por todas as medidas que foram tomadas no combate ao COVID-19 e aos seus efeitos colaterais, nomeadamente o apoio que foi dado às entidades solidariedade social, às forças de segurança e de socorro e bem assim os apoios dados às famílias, ao comércio de proximidade e o apoio às pequenas e médias empresas. Não temos dúvidas que as medidas tomadas foram as adequadas, foram decisivas e fundamentais no combate à pandemia, e tiveram igualmente reflexos no emprego e consequentemente no rendimento das famílias.”-----

## SEGUNDO PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

Atingidas que foram as zero horas e trinta minutos, a Senhora Presidente colocou à consideração da Assembleia o segundo prolongamento dos trabalhos, por mais trinta minutos, de acordo com o previsto no Regimento, tendo os eleitos do PS, da Coligação Santiago do Cacém Mais e do BE manifestado a sua discordância, devido ao adiantado da hora, ao manifesto cansaço de alguns membros e à situação de pandemia que se vive.

A Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada por maioria**, com dezasseis votos a favor, dos eleitos da CDU Senhor/as/es Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, João Filipe Teixeira Ludovico, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

Onze votos contra, sendo seis do/a/s eleito/a/s do PS, Senhor/e/a/s Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, José António Costa, Pedro Miguel Silva Marques, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Ricardo Jorge da Cruz. Quatro do/a/s eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/es/as Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Pereira Machado Branco, António Manuel Alves Gamito de Matos e Carmen Dolores Palminha Mendes, e um do eleito do BE Senhor Rui Beles Vieira. -----

**Não tendo sido obtida uma maioria de dois terços dos presentes, conforme o previsto no nº 1 do Artigo 12º do Regimento,** a Senhora Presidente deu por interrompidos os trabalhos da Sessão Ordinária de junho da Assembleia Municipal. -----

-----  
Em seguida, foi lida pela Senhora Primeira Secretária a relação, em **Minuta**, das deliberações tomadas na presente Reunião a constar em Ata. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade.**-----

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, às zero horas e quarenta e cinco minutos. -----

Desta Sessão se lavrou a presente Ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_